

O Serviço Social e a Superação das Desigualdades Sociais 2

Thaislayne Nunes de Oliveira
(Organizadora)



O Serviço Social e a Superação das Desigualdades Sociais 2

Thaislayne Nunes de Oliveira
(Organizadora)



Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás

Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lúvia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: David Emanuel Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Thaislayne Nunes de Oliveira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S491 O serviço social e a superação das desigualdades sociais 2 /
Organizadora Thaislayne Nunes de Oliveira. – Ponta
Grossa - PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-665-2

DOI 10.22533/at.ed.652201512

1. Serviço Social. I. Oliveira, Thaislayne Nunes de
(Organizadora). II. Título.

CDD 361.3

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos.

APRESENTAÇÃO

Caro leitor, o volume 2 do livro “O Serviço Social e a Superação das Desigualdades Sociais” dá continuidade a discussão acerca do Serviço Social e políticas públicas. E neste volume ainda são expostas três experiências internacionais. Ao todo são 21 artigos, que apresentam diferentes objetos, análises críticas e abordagens metodológicas.

Novamente optamos por dividir os artigos em eixos centrais. O primeiro eixo versa sobre “questão social”, trabalho, formação profissional, pesquisa e extensão em Serviço Social. Já o segundo eixo identifica estudos de diferentes áreas da Política Pública de Saúde; é um eixo plural e contempla diferentes lócus e espaços socioocupacionais. Aborda aspectos relacionados à saúde pública e efetivação dos direitos, dos usuários com doenças graves e respectivos acompanhamentos na alta complexidade, violência contra mulheres e ainda expõe a vivência do processo de trabalho junto à população surda.

O terceiro eixo trata-se da Política Pública Assistência Social. Os autores trabalham aspectos inerentes a atual conjuntura brasileira e analisam experiências locais. As contribuições tratam da política pública diante da política da austeridade, sobre o sofrimento dos profissionais no âmbito do SUAS, da participação da sociedade civil (inclusive trabalhando narrativa das mulheres negras acompanhadas por um CRAS), e finalizando, a discussão deste eixo, há um estudo sobre o reordenamento das entidades socioassistenciais na relação público x privado.

No quarto eixo é possível localizar a perspectiva da contrarreforma do Estado e a política de Educação no Brasil, sobre a institucionalização dos adolescentes e sobre o sistema prisional no Brasil, mas precisamente a efetividade das políticas educacionais. O quinto, e último eixo, apresenta a experiência internacional do Serviço Social, ou também conhecido e abordado nos países da América Latina, como: Trabalho Social ou “Trabajo Social”. A discussão apresenta elementos sobre a formação profissional, a atualização curricular e sobre o processo de intervenção profissional.

Como foi possível perceber esta coletânea realiza uma discussão plural e contemporânea. Com isso, torna-se uma leitura essencial, que visa contribuir ao alunado e aos profissionais que compõe o Serviço Social. Meus caros, como apontado no primeiro volume deste livro, estamos vivendo em tempos adversos, que tem refletido no desenvolvimento do processo de trabalho do Assistente Social e no desenvolvimento das políticas públicas brasileiras. Logo, proporcionar a visibilidade dessa discussão ratifica a importância de caminharmos para a efetivação das garantias legais já alcançadas - sem retroceder, bem como no desenvolvimento de outras.

Thaislayne Nunes de Oliveira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

TRABALHO, QUESTÃO SOCIAL, SERVIÇO SOCIAL E OS SEUS DESDOBRAMENTOS NA CONTEMPORANEIDADE

Dayane Karoline Souza de Almeida

Ellen Kelly Ferreira

Ingrid Gomes de Araújo

Marcela da Silva Alves Gomes

DOI 10.22533/at.ed.6522015121

CAPÍTULO 2..... 6

DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: IMPACTOS NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL, SIGNIFICADO SOCIAL E IDEOPOLÍTICO

Caroline Ramos do Carmo de Souza

DOI 10.22533/at.ed.6522015122

CAPÍTULO 3..... 19

FORMAÇÃO E TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NA PERSPECTIVA DOS PRINCÍPIOS RELIGIOSOS E ÉTICO-POLÍTICOS

Verônica Gonçalves Azeredo

Pollyanna de Souza Carvalho

Letícia Machado de Araujo

DOI 10.22533/at.ed.6522015123

CAPÍTULO 4..... 31

O CIPÓSS E AS ATIVIDADES DE PESQUISA E EXTENSÃO NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFRB: QUADRIÊNIO 2017-2020

Heleni Duarte Dantas de Ávila

Jucileide Ferreira do Nascimento

DOI 10.22533/at.ed.6522015124

CAPÍTULO 5..... 42

SERVIÇO SOCIAL E A MULTIPROFISSIONALIDADE NA ALTA COMPLEXIDADE: DESVENDANDO CAMINHOS DE GARANTIA A INTEGRALIDADE E EFETIVAÇÃO DE DIREITOS

Amanda Caroline da Fé Pereira

DOI 10.22533/at.ed.6522015125

CAPÍTULO 6..... 52

A POLÍTICA ASSISTENCIAL EM SAÚDE: UM ESTUDO SOBRE O DIREITO DOS PACIENTES COM INDICAÇÃO AO TRANSPLANTE

Josiane da Costa Sena

DOI 10.22533/at.ed.6522015126

CAPÍTULO 7	64
COMUNICAÇÃO E SERVIÇO SOCIAL NA PERSPECTIVA DOS CUIDADOS PALIATIVOS ONCOLÓGICOS	
Aline Baptista Aguiar	
DOI 10.22533/at.ed.6522015127	
CAPÍTULO 8	76
VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES: A REALIDADE DE IDOSAS DO SUL DA ILHA FLORIANÓPOLIS/SC	
Jozadake Petry Fausto Vitorino	
Maria Regina de Avila Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.6522015128	
CAPÍTULO 9	89
ATENÇÃO EM SAÚDE DA POPULAÇÃO SURDA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA	
Xênia Maria Tamborena Barros	
Luiz Fernando Calage Alvarenga	
DOI 10.22533/at.ed.6522015129	
CAPÍTULO 10	97
VOCÊ CONSEGUE ESCUTAR O SILÊNCIO? ATENDIMENTO AO PACIENTE SURDO NO ÂMBITO HOSPITALAR E O DIREITO À AUTODETERMINAÇÃO	
Geneviève Lopes Pedebos	
Xenia Maria Tamborena Barros	
DOI 10.22533/at.ed.65220151210	
CAPÍTULO 11	104
ASSISTÊNCIA SOCIAL EM TEMPOS DE AUSTERIDADE: DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO	
Ariane Rego de Paiva	
João Vitor Bitencourt	
Ana Gabriela de Paiva Gonçalves	
DOI 10.22533/at.ed.65220151211	
CAPÍTULO 12	120
O SOFRIMENTO DO ASSISTENTE SOCIAL NO ÂMBITO DO SUAS MODALIDADES DE PESQUISA: PESQUISA TEÓRICA	
Regina Celia de Souza Beretta	
Thércius Oliveira Tasso	
DOI 10.22533/at.ed.65220151212	
CAPÍTULO 13	130
SOCIEDADE CIVIL E PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA: OS CONSELHOS MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Fabiana Luiza Negri	
DOI 10.22533/at.ed.65220151213	

CAPÍTULO 14.....	142
A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM FORTALEZA-CE: NARRATIVAS DE MULHERES NEGRAS USUÁRIAS DE CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Graziela de Oliveira Almeida	
Leila Maria Passos de Souza Bezerra	
DOI 10.22533/at.ed.65220151214	
CAPÍTULO 15.....	156
O REORDENAMENTO DAS ENTIDADES SOCIOASSISTENCIAIS NA RELAÇÃO PÚBLICO X PRIVADO, NO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES-RJ	
Ketnen Rose Medeiros Barreto	
DOI 10.22533/at.ed.65220151215	
CAPÍTULO 16.....	167
UMA ANÁLISE DAS INTERCONEXÕES ENTRE A CONTRARREFORMA DO ESTADO E DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NO BRASIL	
Raquel Cristina Lucas Mota	
DOI 10.22533/at.ed.65220151216	
CAPÍTULO 17.....	179
PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DE ADOLESCENTES AUTORES DE ATO INFRAACIONAL E SISTEMA SOCIOEDUCATIVO CEARENSE	
Ana Camila Ribeiro de Paula	
Leila Maria Passos de Souza Bezerra	
DOI 10.22533/at.ed.65220151217	
CAPÍTULO 18.....	194
A IMPLEMENTAÇÃO E A EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO	
Roberta Gomes Leite Baptista	
DOI 10.22533/at.ed.65220151218	
CAPÍTULO 19.....	209
ACREDITACIÓN DE CARRERAS: OPORTUNIDAD PARA LA ACTUALIZACIÓN CURRICULAR Y MEJORA CONTINUA DE LA FORMACIÓN EN TRABAJO SOCIAL	
Paula Leiva Sandova	
DOI 10.22533/at.ed.65220151219	
CAPÍTULO 20.....	220
LA EDUCACIÓN DESCOLONIZADORA, COMUNITARIA Y PRODUCTIVA PARA LA FORMACIÓN DEL TRABAJO SOCIAL	
Natalia Rosario Aranibar Escarcha	
DOI 10.22533/at.ed.65220151220	

CAPÍTULO 21	232
TALLER REFLEXIVO SOBRE FOTOINTERVENCIÓN. UNA TÉCNICA DE INVESTIGACIÓN SOCIAL CRÍTICA María Rocío Menanteux Suazo DOI 10.22533/at.ed.65220151221	
SOBRE A ORGANIZADORA	240
ÍNDICE REMISSIVO	241

CAPÍTULO 11

ASSISTÊNCIA SOCIAL EM TEMPOS DE AUSTERIDADE: DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Data de aceite: 01/12/2020

Ariane Rego de Paiva

UFRJ,
UFF.

Serviço Social da PUC – Rio e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC – Rio.

João Vitor Bitencourt

PUCRS, Doutorando em Serviço Social pela PUC-Rio.

Ana Gabriela de Paiva Gonçalves

Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).
PPGSS da PUC-Rio.

RESUMO: O artigo tem como objetivo problematizar os desafios apontados pelos(as) profissionais das unidades de Assistência Social do município do Rio de Janeiro responsáveis pela implementação da proteção social especial de média complexidade, que atuam com violências e violações de direitos em dois territórios distintos da cidade. A pesquisa se utilizou de entrevistas, levantamento bibliográfico e análise dos documentos federais sobre a política de assistência social. Como principais resultados, foram identificados a sobrecarga de trabalho dos(as) profissionais para o atendimento das demandas da justiça, havendo confusão de atribuições entre a política de assistência social e segurança pública, além das precárias condições

físicas e materiais na operacionalização dos serviços.

PALAVRAS - CHAVE: Assistência Social; Implementação; Austeridade; Creas; Rio de Janeiro

SOCIAL ASSISTANCE IN TIMES OF AUSTERITY: CHALLENGES OF IMPLEMENTATION IN THE MUNICIPALITY OF RIO DE JANEIRO

ABSTRACT: This article aims to problematize the challenges pointed out by the professionals of the Social Welfare Units of the city of Rio de Janeiro responsible for the implementation of special social protection of medium complexity, which act with violence and violations of rights in two distinct territories of the city. The research used interviews, bibliographic survey and analysis of federal documents on social assistance policy. The main results were the work overload of professionals to meet the demands of justice, with confusion of attributions between the social assistance policy and public safety, as well as the precarious physical and material conditions in the operation of services.

KEYWORDS: Social Assistance; Implementation; Austerity; Creas; Rio de Janeiro

1 | INTRODUÇÃO

Este artigo é parte dos resultados da pesquisa intitulada *Análise da implementação da proteção social especial de média complexidade da política de assistência social no município do*

Rio de Janeiro, desenvolvida pelo Departamento de Serviço Social da PUC-Rio entre 2016-2018, através do trabalho do Grupo de Pesquisa Estado, Sociedade, Políticas e Direitos Sociais (GESPD) e com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

Desde 2005, a assistência social tem sido reorganizada pelo governo federal, com a participação e pactuação dos demais entes federados, para a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Dentre as muitas mudanças e avanços na forma de gestão, planejamento e financiamento da Política de Assistência Social em todo o território nacional, este novo modelo propõe a integração da rede de serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social, de forma que sejam regulados pelos governos municipais, estaduais, do Distrito Federal e federal. A partir da implementação do SUAS, os serviços, programas, projetos e benefícios no âmbito da assistência social foram divididos hierarquicamente de acordo com os níveis de proteção social ofertados: a proteção social básica e a proteção social especial, de média e alta complexidade.

A *proteção social básica* (PSB) “tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários” (PNAS, 2005, p.33). É através deste nível de proteção que se ofertam o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), e a inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. A *proteção social especial* (PSE) está voltada para o atendimento das situações que envolvem as violações dos direitos e situações de risco pessoal e social que podem levar à fragilidade de vínculos familiares e/ou comunitários. É a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de abandono, maus tratos físicos, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras (PNAS, 2005, p.37).

Os serviços de proteção social especial estão intrinsecamente vinculados ao sistema de garantia de direitos e de segurança pública, pelo fato de oferecerem atendimentos às famílias e indivíduos que possuem seus direitos violados e precisam de medidas de proteção e restauração do direito. A PSE é dividida pelo nível de complexidade¹. Os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) são as unidades públicas estatais de atendimento da proteção social especial de média complexidade e podem ser de abrangência municipal, estadual ou regional. Os CREAS ofertam serviços obrigatórios e articulam os demais serviços da rede socioassistencial (básica e especial) e das demais políticas públicas (saúde, educação, segurança etc.), visando garantir proteção e atendimento a famílias e indivíduos vitimados pelas diversas formas de violências e

¹ Os serviços de média complexidade se diferem dos de alta complexidade, sendo os primeiros caracterizados pelo não rompimento de vínculos familiares e comunitários. Os serviços de proteção social especial de alta complexidade são ofertados aos sujeitos e famílias que necessitam de proteção integral, que precisam ser retirados do núcleo familiar ou comunitário por medidas de proteção e segurança, como é o caso das diferentes modalidades de abrigos.

situações que violam seus direitos.

A rede socioassistencial tem sido objeto de estudos e pesquisas desde sua regulamentação com o advento do SUAS, mas se tem priorizado os serviços e benefícios da proteção social básica, por ser esta a rede que se institucionalizou mais rapidamente e se espalhou pelo território nacional, dando visibilidade à assistência social. Especificamente sobre os serviços destinados ao atendimento às violências e violações de direitos no âmbito da proteção social especial de média complexidade há produções ainda tímidas de artigos, monografias e dissertações, entre outros trabalhos. Os estudos precisam ser intensificados, pois têm sido pouco explorados, com parcos referenciais teóricos e pesquisas empíricas que demonstrem de fato como esta rede de serviços especializados vem se institucionalizando em diferentes localidades do território brasileiro.

2 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS:

Foram realizados levantamentos bibliográfico e documental referente à política de assistência social e o trabalho do CREAS e sobre a implementação de políticas. Realizou-se, também, uma oficina em julho de 2017 com profissionais da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro sobre o trabalho de acompanhamento familiar, com vistas a proporcionar maior aproximação com o objeto pesquisado e estabelecer um quadro preliminar da situação dos serviços dos CREAS (foram 5 encontros com participação de representantes de todos os serviços da assistência social implementados no município).

Ainda, realizaram-se seis entrevistas semiestruturadas com profissionais de duas unidades de referência, dos CREAS João Manoel Monteiro, localizado no bairro Pedra de Guaratiba na Zona Oeste da cidade, e Maria Lina de Castro, na Zona Sul, situado no Flamengo; e uma entrevista com um representante da gestão de nível central. Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra com objetivo de realizar a análise dos dados. Para análise do material, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo qualitativa (GIL, 2009).

3 | DILEMAS E DESAFIOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DA PNAS

A política social está relacionada intrinsecamente com o desenvolvimento do capitalismo em sua fase monopólica, que conforme Vieira (1995, p.15) é o “sentido de concentração e de transferência da propriedade dos títulos representativos de riqueza”. Há, portanto, a funcionalidade da política social no Estado burguês no capitalismo, com a finalidade de manter a ordem vigente e o controle social da produção - ao mesmo tempo em que ela também vincula-se e é apreendida às lutas da classe trabalhadora em reação à exploração e na reivindicação ao enfrentamento à vulnerabilidade social decorrente da pobreza e de diversas privações sociais e econômicas. Ou seja, ela faz parte das

contradições inerentes a este modo de produção e de sua reprodução social.

A constituição das políticas sociais vem trazendo certa melhoria da qualidade de vida de uma parcela significativa da classe trabalhadora, de outro lado cumpre um papel essencial ao sistema capitalista, na medida em que é parte integrante do conjunto de ações do capital como uma tentativa de controlar as crises cíclicas (SANTOS, 2017, p.11) ,e de garantir a reprodução da força de trabalho.

O processo de afirmação da proteção social brasileira se dá no cenário atual, quando foi promulgada a Constituição Federal, em 1988. Como demonstram Assumpção e Carrapeiro (2014, p.112) ela expressa um grande avanço na luta popular, “com a promessa de assegurar os direitos sociais e políticos a todos os cidadãos, incluindo as minorias, pode-se afirmar que a Constituição de 1988 encerrou formalmente o regime militar no Brasil”. A partir daí, cria-se a imagem de um “Estado social” brasileiro, onde há a possibilidade de destinar à população garantias e ações concernentes às suas necessidades, em meio ao desenvolvimento contraditório das políticas públicas.

A partir de 1993, com a publicação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), essa política foi definida como base da Seguridade Social, juntamente com a Saúde e a Previdência Social. Conforme destaca a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS)², a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, e visa seu enfrentamento, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender à universalização dos direitos sociais (PNAS, 2004, p.33).

A política nacional aprovada em 2004 apresenta as diretrizes para efetivação da assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado. Historicamente, as ações públicas de enfrentamento a pobreza e a desigualdade social se davam através da lógica do favor, da caridade e do clientelismo aos mais vulneráveis. A assistência social desenrolou-se, ao longo de décadas, como doação de auxílios, revestida pela forma de tutela, de benesse, de assistencialismo, sem superar o caráter de prática circunstancial, secundária e imediata, reiterando a dependência, caracterizando-se historicamente como política de alívio, por neutralizar demandas e reivindicações (MESTRINER, 2008, p. 16).

Neste artigo, aborda-se a PSE de média complexidade, que tem por referência a ocorrência de situações de risco ou violação de direitos e onde se encontram os seguintes trabalhos/serviços: a atuação com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa; o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI); o Serviço de Proteção para Pessoas com Deficiência, Idosos e suas Famílias; o Serviço Especializado em Abordagem Social e o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

A PSE de média complexidade é coordenada e articulada nos CREAS, unidades

² Em 2005, é instituído o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, descentralizado e participativo, que tem por função a gestão do conteúdo específico da Assistência Social no campo da proteção social brasileira. (MDS, 2005).

públicas estatais responsáveis pela oferta de orientação e apoio especializados e continuados a indivíduos e famílias com direitos violados. (BRASIL, 2003, p.24-25). A instalação dos CREAS é estratégica para organizar e qualificar a rede socioassistencial na construção de fluxos e conexões, é apontada como tarefa a ser desenvolvida com prioridade, de forma a construir competência e mobilidade dos (as) usuários (as) (COUTO et al, 2010, p.187).

Compreende-se que os processos decisórios que envolvem a formulação e implementação de uma política pública são permeados por disputas e correlações de forças, baseados em diferentes interesses, visões de mundo e percepções sobre a realidade (PAIVA, 2016). Desde a promulgação da LOAS, inúmeros foram os avanços e também retrocessos no tocante ao sistema de seguridade social. A partir do SUAS, buscou-se dar organicidade à operacionalização dessa política pública através dos programas e serviços oferecidos de forma capilarizada em todo território nacional.

Violações e temas como o abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes, o cumprimento de medidas socioeducativas, a drogadição, a violência contra mulher, entre outros, são abordados a partir da realidade cotidiana das famílias atendidas: analisados, estudados e estabelecidos nexos entre as trajetórias de vidas dos sujeitos e as possibilidades de proteção social pública enquanto direito dos indivíduos e como dever do Estado, tendo como circunscrição os ditames legais e norteadores na sociedade brasileira.

Nesse cenário, como salienta Duarte (2016, p.85-90) é importante conhecer, também, as novas exigências postas aos trabalhadores da PSE, numa unidade especializada como o CREAS na atualidade, “e até que ponto o profissional tem domínio de quais aspectos caracterizam a violação, o conjunto de defesas e as possibilidades para sua atenção”.

O SUAS vem sendo institucionalizado no país em meio às políticas econômicas neoliberais, que preveem a restrição dos gastos na área social e a focalização de ações na pobreza extrema. Deve-se questionar a respeito da implementação e da materialização da proteção social especial de média complexidade em tempos de acirramento do neoliberalismo contemporâneo. David Harvey mostra que a doutrina neoliberal, proposta por economistas franceses, alemães e norte-americanos, e desenvolvida a partir da década de 1970, é um projeto político lançado pela classe capitalista para garantir a sobrevivência do capital em meio à crise estrutural, quando ela se sentiu ameaçada política e economicamente, e precisava desesperadamente reduzir a força da organização da classe trabalhadora (HARVEY, 2017).

No caso brasileiro, sabe-se que a doutrina socioeconômica do neoliberalismo iniciou-se com o governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992), começa a ser perseguida de forma aberta e intensa nos dois governos consecutivos do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) através da defesa da abertura comercial, da privatização e da flexibilização de contratos de trabalho, e da reforma do Estado, por fim assume particularidades na condução das políticas públicas do governo federal, da ascensão à

crise dos projetos do Partido dos Trabalhadores.

A implantação de trajetória distinta do receituário neoliberal, especialmente nos mandatos presidenciais de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), permitiu produzir resultados inéditos em termos de expansão econômica e redução da desigualdade de renda. Restaurou-se o papel ativo dos bancos públicos para execução de políticas de desenvolvimento produtivo, acelerou-se a expansão do crédito para investimentos em nova capacidade produtiva, assim como para a infraestrutura e a formação de conglomerados nacionais. Os bancos públicos comerciais expandiram o crédito para agricultura, a construção civil e médias empresas elevaram substancialmente o crédito para consumo no Brasil, contribuindo para a grande expansão do mercado interno, e o crescimento do consumo de massas foi apoiado pela política salarial, trabalhista e social (BASTOS, 2017, p.12-13).

É no período conhecido como “neodesenvolvimentismo” que as políticas sociais se consolidaram no país, ou seja, em governos que buscaram o crescimento econômico do capitalismo brasileiro, sem romper com os limites dados pelo modelo econômico neoliberal, procurando ao mesmo tempo abrir espaço à posição de base social de setores e segmentos populares. O neodesenvolvimentismo se constituiu como uma reação ao avanço global do capital estrangeiro, tendo como características principais a direção da burguesia interna brasileira e o envolvimento de classes trabalhadoras que se encontravam excluídas do bloco no poder – baixa classe média, operariado, camponato e trabalhadores da massa marginal (BOITO, 2012).

Nesse contexto, houve o incremento dos recursos destinados à política de assistência social no orçamento público federal e sua expansão como política pública de responsabilidade estatal. Vivenciou-se um forte incremento à Assistência Social, mas sob o enfoque da seletividade e da focalização. Em termos mais específicos, a partir do governo Lula houve um amplo investimento nas políticas de combate à pobreza, assumindo tendências mundiais de recomendação dos Organismos Multilaterais, com enfoque nítido nos Programas de Transferência de Renda (SCHMIDT; SILVA, 2015, p.88).

A partir de 2014, o Brasil passa a sentir a forte crise global da economia e se inicia um projeto de políticas austeras, adotadas significativamente após o impeachment de Dilma Rousseff (2011- 2016) e da execução do plano de governo “Ponte para o Futuro” de Michel Temer (2016-2018). Estes processos influenciaram os rumos das políticas públicas, principalmente as de cunho social, levando-se em consideração também as particularidades e diversidades da implementação descentralizada pelos estados e municípios brasileiros.

4 | A PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO: DESAFIOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO

No município do Rio de Janeiro, a implementação do SUAS emerge em meio a

avanços e contradições, desenvolvendo-se mediante a operacionalização da PNAS, contendo uma história marcada pela singularidade do município. A cidade do Rio de Janeiro, capital do Estado, uma das mais populosas cidades do Brasil, apesar de um PIB de R\$300 bilhões (IBGE, 2014), traz a marca de uma profunda desigualdade social, evidenciada pelos contrastes socioeconômicos revelados por diferentes análises de índices e indicadores sociais (SMASDH, 2018).

A Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos é o órgão executor da Assistência Social na cidade do Rio de Janeiro. São 14 CREAS no município, e a primeira indicação da pesquisa é que há uma diversidade de demandas que são atribuídas a essas unidades, que as tornam receptores de requisições destinadas às áreas de segurança pública e judiciária, e que as têm tornado em averiguadores de denúncias.

A coleta de dados da pesquisa resultou no levantamento de diferentes resultados, temas e debates ressaltados pelas narrativas dos entrevistados, que demonstram especialmente os fatores negativos (dificultadores) em torno da implementação da política de assistência social de média complexidade no município do Rio de Janeiro e a materialização do trabalho profissional nesse âmbito.

Foca-se na problematização dos pontos levantados pelos(as) profissionais como dificultadores do trabalho. A estrutura física das unidades públicas e os recursos disponíveis foi um dos temas que emergiu. Embora o foco das perguntas das entrevistas não fosse a estrutura física, percebeu-se esta questão como uma problemática significativa. A falta de infraestrutura é um dos pontos que se revelou de extrema importância:

Rede [internet] é uma coisa que não funciona[...] Eu acho que essa questão da rede. Nós temos 3 pendrives 4g [gigas] mas eles têm uso de consumo. Não é raro que a gente chegue na metade do mês e já não tenha acesso a internet (P2, CREAS, 2018)

A questão da infraestrutura que não envolve só o espaço, mas a gente tem um carro só para fazer visitas. Os territórios são longe, demanda que a gente faça as visitas, então não dá conta de a gente estar atendendo. Os outros recursos materiais, a gente vai para o outro polo e aí a gente precisa tirar foto da documentação do usuário, tirar xerox, e a gente não tem isso disponível (P1, CREAS, 2017)

Sala que não é adequada, não tem janela[...] O acesso assim, eu pessoalmente já quebrei galho descendo e quando não tem atividade lá em baixo eu já consegui atender o usuário que era cadeirante e tinha dificuldade de acesso (P3, CREAS, 2018)

A política de assistência social, apesar dos avanços desenvolvidos nas últimas décadas, instituiu-se em um cenário de crescente desmonte de direitos e de precarização das condições e relações laborais, o que está intimamente ligado à constituição dos recursos humanos frente aos rebatimentos da precarização no mundo do trabalho e o

processo de assistencialização e a precarização das políticas de proteção social. Martins (2016), ao estudar sobre a realidade da Assistência Social no âmbito dos CRAS e CREAS do Rio Grande do Norte, mostra importantes constatações quanto a estrutura física, o que está em meio uma realidade observável e sentida em âmbito nacional. Segundo ela, detectou-se como principais problemáticas as seguintes:

Estruturas precárias (alugadas ou cedidas), as quais dificultam a realização de reforma à adaptação dos espaços mínimos e não garantem a continuidade dos serviços socioassistenciais, principalmente quando ocorre mudança de gestão; *Falta dos espaços mínimos*, identificando-se que faltava principalmente salas para o atendimento (individual ou familiar), para o desenvolvimento das atividades administrativas e de coordenação e para realização de atividades em grupo/coletivas; *Falta de organização dos espaços mínimos*, visto que observou-se que a maioria das unidades não mantinham tais espaços organizados, conforme determinam os guias de orientações técnicas, isto é, não havia o mobiliário necessário, tampouco dimensão arquitetônica adequada (MARTINS, 2016, p.58-59, grifos nossos).

A precarização do trabalho nestas unidades públicas estatais é estrutural à implementação da assistência social a partir da regulamentação e funcionamento do SUAS no país, vários estudos (PAIVA, 2014) identificam os baixos investimentos federais disponibilizados para a implantação e implementação dos serviços, em detrimento dos recursos para os programas de transferência de renda. Falha-se na gestão dos recursos que se dão pelo processo de descentralização administrativa, na gestão autônoma dos municípios, tendo em vista que os recursos materiais institucionais, atrelados aos conhecimentos técnicos comprometidos ética e politicamente com a parcela marginalizada da sociedade, são imprescindíveis para a efetivação do fazer profissional nessa política pública (DERISCLEIA, et. al. 2017, p.8).

Historicamente, sabe-se que o orçamento destinado às políticas públicas no Brasil prevê recursos mínimos no que se refere à necessidade para a implementação e operacionalização de políticas sociais. No início deste século, com a ascensão dos governos de esquerda e da política neodesenvolvimentista no país, tinha-se um ideário político e ideológico que culminou em um crescimento dos gastos com a política social, apresentava-se um cenário de alavanca para o crescimento com distribuição de renda e um inegável discurso de preocupação com as políticas públicas. Deve-se lembrar que o Brasil iniciou seu processo de constituição de um “Estado de Bem-Estar” na contramão do que estava acontecendo em âmbito mundial, enquanto o projeto neoliberal estava se espalhando por todo o mundo com o lema de um Estado mínimo para as políticas sociais e máximo para o mercado (CFESS, 2015).

Em 2010, o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), sediado em Washington nos Estados Unidos da América, afirmou que o país tinha avançado significativamente na redução da pobreza e distribuição de renda. Apesar da

desigualdade social ser ainda elevada, conseguiu-se reduzir a taxa de pobreza de 41% em 1990 para 25,6% em 2006, conforme demonstra a análise dos dados do Gasto Social do Governo Central, 2002 a 2015, do Tesouro Nacional do Brasil³. Considerando esses avanços no que se refere a temática dos gastos sociais no país, cabe voltar à questão da PNAS/SUAS, tendo em vista que a precarização das condições estruturais de trabalho e das relações laborais ligadas à constituição dos recursos humanos e materiais relacionam-se ao levantamento dos cofinanciamentos mobilizados. São notórios os avanços, contudo, muito focados na ampliação do Programa Bolsa Família (PBF) e do Benefício de Prestação Continuada (BPC), ambos pagos pelo Governo Federal.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, todas as ações governamentais na área da assistência social devem ser realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, além de outras fontes previstas⁴. O SUAS é um sistema descentralizado e participativo e possui um modelo próprio de partilha e pactuação dos recursos destinados aos entes federados, realizada com base em critérios pactuados na Comissão Intergestores Tripartite (CIT), que possui representantes das três esferas de governo, propiciando a equalização no repasse dos recursos. Anualmente, após a realização do aceite da expansão dos serviços, programas e projetos socioassistenciais, objetos de cofinanciamento, os gestores devem planejar suas ações conforme a necessidade e a sua realidade. (SNAS, 2014).

Há os desafios para a implementação no âmbito municipal na garantia de condições, com previsão de ações e recursos financeiros, de trabalho e investimentos nas estruturas e na formação continuada. Vale trazer a reflexão de Silva (2015, p.42) sobre a condição da Assistência social municipal, pois segundo ele, questões como “a condição federada e autônoma dos municípios, a complexidade dos problemas para os quais devem apresentar respostas, às suas particularidades (portes, capacidades de gestão), os distintos compromissos de cada mandato, os arranjos político-partidários”, são condições que levam à heterogeneidade na implantação de uma política nacional, “fazendo que não ocorra na mesma direção em todos os lugares” (ibidem,p.42). Um fator importante é a concentração dos recursos públicos nos estados e União em detrimento do município, criando uma “dependência financeira em relação à apropriação do bolo orçamentário nacional” (ibidem, p.42)⁵.

Explica-se, neste ponto, as contradições em um cenário onde se viveu o crescimento

3 Em linhas gerais, observa-se crescimento expressivo do gasto social direto ao longo do tempo, com aumento próximo a 3 pontos percentuais do PIB quando se comparam os patamares de 2002 e de 2015. Destacam-se os aumentos nos dispêndios com educação e cultura (0,74 p.p. do PIB) e assistência social (0,78 p.p. do PIB), além da ampliação do já elevado patamar de dispêndios com previdência social (aumento de 0,97 p.p. do PIB). (BRASIL, 2012).

4 O artigo 30 da Lei Orgânica de Assistência Social define que, para que haja o repasse de recursos do FNAS para estados, DF e municípios, deve haver a efetiva existência e funcionamento de: Conselho de Assistência Social; Plano de Assistência Social; Fundos de Assistência Social; Comprovação orçamentária de recursos próprios alocados no Fundo de Assistência Social. (LOAS, 1993).

5 No Estado federativo pós CF, estados e municípios passaram a ser autônomos, levando a intrínseca necessidade, e vontade político-partidária, de se ter a implementação de estratégias e ações governamentais bem-sucedidas no que se refere às competências de gestão das políticas locais. Segundo Arretche (1999, p.136) “grande maioria dos municípios brasileiros caracteriza-se por baixa capacidade econômica e expressiva dependência das transferências fiscais”.

do gasto social, pelo financiamento provindo da União (na política de assistência social é nítido o crescimento dos programas através do Cadastro Único, com a expressividade do PBF), e os obstáculos à descentralização, derivados dos desafios às precárias receitas orçamentárias dos estados e municípios do país.

A descentralização política administrativa ainda encara desafios que são particulares à implementação de cada política pública, pois é considerada um dos aspectos inovadores da arquitetura do SUAS. Na PNAS, a participação da sociedade civil organizada no planejamento, execução e avaliação, é caracterizada por avanços e desafios no tocante ao repasse de recursos financeiros públicos. A descentralização que se tenta hoje implementar deseja transferir encargos e ao mesmo tempo, co-responsabilizar a sociedade civil na gestão pública, ou seja, não apenas “aliviar” as instâncias centrais de governo, mas também envolver a sociedade civil com toda a sua complexidade associativa e com todos os seus interesses (NOGUEIRA, 1997).

A dificuldade maior é o acesso. As famílias alegam a dificuldade de não estar vindo por conta de dinheiro de passagem. (P4, CREAS, 2018).

E outra coisa que é um dificultador, o tamanho de recursos humanos, de equipe, estou com menos duas pessoas na equipe e, eu tenho uma van para fazer todas as visitas, para fazer tudo. (P2, CREAS, 2017).

As entrevistas demonstram que há preocupação das equipes profissionais acerca da dificuldade de acesso dos usuários (as) em função da falta de dinheiro para passagens, somam-se às precarizações até aqui analisadas à condição socioeconômica dos sujeitos atendidos e/ou acompanhados nos CREAS. A dificuldade de deslocamento, a precária estrutura física dos equipamentos e os recursos materiais insuficientes colocam em xeque a efetivação da proteção social de média complexidade.

Essa realidade se dá em meio a um processo contraditório de irregularidade de repasses financeiros, especialmente no tocante ao Fundo Estadual de Assistência Social, como será mostrado a seguir utilizando o estudo de Delgado e Senna (2018). É inegável a evolução do número de CREAS e outros equipamentos públicos no município do Rio de Janeiro⁶, tendo um aumento de 53 equipamentos em meados de 2008 para 116, até então, no ano de 2016. Sobre o financiamento e sustentabilidade do SUAS no Estado do Rio de Janeiro⁷, destaca-se que houve um aumento dos valores destinados pelo governo estadual aos municípios do estado, conforme pode ser observado no gráfico a seguir:

6 Conforme demonstram as fontes do MDSA/SAGI/SEASDH (DELGADO; SENNA, 2018). Segundo as autoras do estudo as normativas indicam que ainda seriam necessários mais 21 CREAS implantados para atendimento das demandas da população. “Cabe aqui ressaltar que a quantificação desses equipamentos ainda é uma grande dificuldade. Isto porque a obrigatoriedade de responder ao CENSO SUAS só foi estendida aos equipamentos de acolhimento a partir de 2012” (ibidem, p.8).

7 Vale ressaltar que distribuição dos serviços por Piso para financiamento dividem-se através de um piso fixo da média complexidade, dividido entre: PAEFI, LA e PSC, Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, Serviço Especializado em Abordagem Social e Serviço de Proteção Social Especial em Centro-Dia de Referência para pessoas com deficiência em situação de dependência e suas famílias.

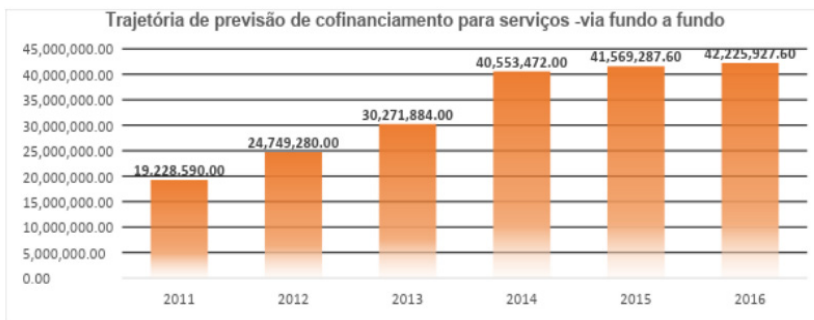


Gráfico: Previsão de cofinanciamento estadual 2011- 2016 (DELGADO; SENNA, 2018).

Fonte: SEASDH/SGS

No entanto, a previsão orçamentária dos últimos três anos foi comprometida pela indisponibilidade financeira do estado, em função do decreto de calamidade econômica em junho de 2016 pelo então governador em exercício Francisco Dornelles (DELGADO; SENNA, 2018), “somente no ano de 2014 deixaram de ser repassados, do FEAS para os FMAS, recursos que ultrapassaram 16 milhões de reais” (ibidem, p.12). Soma-se à redução do gasto social com a assistência social no país, que chegou a marca de 1,5% do Produto Interno Bruto nacional.

A dificuldade com locomoção, a falta de espaço próprio e/ou a sua precarização, a falta de privacidade nos atendimentos, de recursos materiais e insumos necessários e adequados para o trabalho e a dificuldade de operacionalização em função da violência em áreas de conflitos, são alguns dos dificultadores para as atividades, apontados pelos profissionais. Esses se somam à precarização do trabalho através de contratos temporários, contratos por projetos, terceirização, baixos salários etc. Ressaltam-se alguns questionamentos dos profissionais quando perguntados sobre as problemáticas dos recursos humanos:

Contratos estabelecidos com ONGs [dificuldades] e pouca abertura de concursos públicos (P2, CREAS, 2018).

Eu queria que se falasse um pouco dessa questão do concursado[...].A gente tem uma qualidade assim, eu percebo que nos servidores de carreira a gente observa que os relatórios, assim, existe uma qualidade no relatório, no processo de acompanhamento familiar[...] eu diria que no meu CREAS eu tenho essa sorte. Eu tenho outros colegas que tem dificuldades com servidor, então assim, de modo geral, na secretaria, a gente tem assim talvez, os segmentos médios, de agente comunitário com dificuldade de lidar com informática, né, com alguns recursos que no dia a dia a gente sente falta (P3, CREAS, 2018).

A PNAS foi uma inflexão em uma conjuntura específica, que teve um crescimento operacional e um nítido desenvolvimento em meio a política macroeconômica neoliberal de redução da atuação do Estado em função da reestruturação produtiva do capital (ANTUNES, 2005). As precárias condições físicas e materiais na operacionalização dos serviços fazem parte de um projeto que tem implantado à “necessidade” da redução dos custos da mão-de-obra, ideia vislumbrada pelo setor estatal.

Cabe aqui reafirmar a importância de questionar a execução da gestão da PNAS no neoliberalismo, visando a crítica à precarização dos vínculos dos trabalhadores da PNAS/SUAS, denunciando a contradição dos subcontratos e das terceirizações nos equipamentos públicos estatais da assistência social - o que fere as diretrizes da NOB-RH/SUAS. Conforme demonstra as orientações para processos de recrutamento e seleção de pessoal no SUAS (2011), a eficiência administrativa não pode ser realizada com a precarização dos direitos dos que prestam serviços ao ente público, “nesta lógica da precarização os próprios trabalhadores se submetem ou mesmo incorporam a cultura da flexibilidade e da rotatividade de empregos como meio de manutenção de sua empregabilidade”. (BRASIL, 2011).

Verifica-se a importância de se questionar a eficiência administrativa que opera através da lógica da austeridade em tempos de mudanças e transformações negativas do mundo do trabalho. A precarização no âmbito do trabalho está em todo tecido social, mas na administração pública adquire particularidades, onde impacta nos serviços prestados à população, principalmente a mais pauperizada e vulnerabilizada.

No arremate dessa problematização, vale destacar por fim um resultado da coleta de dados da pesquisa que está intrinsecamente vinculado ao panorama em questão, “*a sobrecarga de trabalho dos profissionais para atendimento das demandas da justiça, havendo confusão de atribuições entre a política de assistência social e segurança pública*”. A relação entre assistência social e segurança pública foi um dos aspectos mais importantes levantados pelos profissionais, onde apresentam importantes questionamentos, em um diálogo, ao serem perguntados a respeito de como se dá e como se pode melhorar o processo de articulação entre as políticas em questão:

Mas a DCAV, DPCA, DEAM, eu não sei se a gente pode dizer que tem um relacionamento com esses órgãos de segurança. Porque quando eu ouvi órgãos de segurança, muita solicitação chega ao CREAS pedindo para atuar em determinado território porque tem prostituição infantil, porque tem furto. Eu acho que tem uma confusão ainda de onde é que aparece a política. (P5, 2018).

Eu estou pensando no órgão de segurança pública por causa de morador de rua, ah tem que ir com a polícia. Porque com a polícia? Por que a polícia não faz um processo de investigação sobre a venda de drogas? A venda de drogas é vulnerabilidade? O usuário de drogas pode estar em determinada situação de vulnerabilidade, mas a venda é crime. Então porque temos que ir juntos? Onde é que os papéis se diferenciam? (P1, CREAS, 2018).

A problemática acerca da relação mostra que há questionamentos sobre “o lugar” dessas políticas em meio às demandas territoriais. Presencia-se incerteza sobretudo no “relacionamento” dessas políticas em meio às ações profissionais, tendo em vista as atribuições de cada *política* e/ou *instituição*. Presencia-se um cenário onde aos CREAS se lança também a possibilidade de se operacionalizar um serviço “*policialesco*” - mais uma instituição estatal que está em meio à possibilidade de responder expressões da questão social através do *controle social* e da *gestão penal da pobreza*. Deve-se estar atento ao papel do CREAS, junto às pessoas que estão em situação de risco social e/ou que tiveram seus direitos violados, no processo de orientação, encaminhamento e oferta das ações de orientação, proteção e acompanhamento às famílias, pois o serviço de acolhimento pode se transformar em local de julgamento e responsabilização.

Sobre as dificuldades na relação entre essas políticas públicas, em meio a materialização do trabalho dos CREAS junto aos usuários (as), vale destacar a narrativa a seguir de uma profissional, ao ser perguntada se há protocolo ou forma de sistematização da relação intersetorial com a segurança pública:

A gente atende, emite relatório, vai para a audiência, discute o caso, mas não chega ter um protocolo, né. Para os CREAS não chega a estar protocolado. Sempre de alguma forma vai refletir no atendimento essa relação com a segurança pública. No caso da segurança pública, a gente tem muita queixa. Que é assim: a pessoa foi orientada, chega aqui no CREAS, foi vítima de violência a mulher ou uma situação de abuso sexual, a gente tem muitas queixas de que, né, a população não foi bem atendida. E a gente de alguma forma não se articula mais porquê. O CREAS também não quer ocupar um lugar de investigação, assim, a gente deveria delimitar o nosso espaço e se articular. (P2, CREAS, 2018).

Percebe-se que a precarização dos serviços influencia na totalidade da materialização da PSE, contudo, nos impõe a pensar estratégias de respostas às problemáticas dos equipamentos públicos: onde se inserem os limites e as possibilidades de organizar formas de sistematização na articulação com demais políticas públicas?

Em meio à precarização questiona-se o “*espaço*” do CREAS em torno de situações que envolvem as experiências de vulnerabilidade dos sujeitos atendidos e/ou acompanhados. Nessa lógica, deve-se trazer à tona que o fenômeno da judicialização pode viabilizar o acesso a direitos ou pode direcionar para práticas conservadoras que responsabilizam e culpabilizam as famílias. Utilizar essa intervenção, sem problematizar a contradição inerente do processo, pode manter o legado histórico do controle da pobreza, haja vista que esta política tem como público-alvo grupos vulneráveis (SARAMENTO, et. al. 2018, p.14). Obviamente, a austeridade econômica que atinge as políticas sociais no país tende a trazer dificuldades (tempo hábil, força de trabalho etc.) para se questionar e colocar em prática estratégias que transformem as relações de trabalho intersetorial.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Procurou-se analisar parte dos dados da pesquisa com ênfase em debates específicos no interior da implementação da PSE de média complexidade, temas que precisam ser intensificados. Considera-se importante a defesa da PNAS/SUAS no que tange às possibilidades de resistências em reação à exploração e na reivindicação da melhor qualidade para o trabalho (espaço físico, expansão, recursos etc.), no entanto ressalta-se que a política social está relacionada intrinsecamente com o desenvolvimento do capitalismo, vinculando-se à acumulação capitalista e mantendo seu caráter contraditório – o que torna essa uma tarefa limitada na própria realidade social.

A política nacional aprovada em 2004 apresenta as diretrizes para efetivação da PNAS como direito de cidadania e responsabilidade do Estado, porém compreende-se que os processos decisórios que envolvem a formulação e implementação são permeados por disputas de interesses e correlações de forças, portanto, é importante conhecer, também, as novas exigências postas aos trabalhadores da PSE no plano cotidiano – material. Sabe-se que se viveu um período de resultados positivos em termos de expansão econômica e redução da desigualdade de renda, inclusive com o incremento dos recursos destinados à essa política. No entanto, tem-se no cenário atual uma forte crise global da economia e projetos de austeridade que visam o crescente desmonte de direitos e de precarização das condições e relações laborais.

Urge a necessidade de intensificar os argumentos e disputar a condução da política de assistência social para garantir os interesses dos segmentos em vulnerabilidade e risco social, inclusive no que diz respeito às dimensões política e governamental. Os temas ressaltados pelos (as) profissionais referem-se à problemáticas que devem ser resolvidas através do crescimento expressivo do gasto social direto e dos gastos tributários de natureza social, o que é um movimento contrário às ideias neoliberais.

REFERÊNCIAS

ASSUMPÇÃO, Raiane Patrícia Severino. CARRAPEIRO, Juliana de Magalhães. **Ditadura e Serviço Social no Brasil: contribuições para prosseguir rompendo com o conservadorismo na profissão.** Lutas Sociais, São Paulo, vol.18 n.32, p.105-118, jan./jun. 2014.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do Mundo do trabalho.** 8ª Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

ARRETCHE, Marta T. S. **Políticas Sociais no Brasil: descentralização em um Estado Federativo.** RBCS Vol. 14 n. 40/junho. 1999.

BASTOS, Pedro Paulo Zaluht. **Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia.** Rev. Econ. Contemp., núm. esp., 2017.

BOITO, A.; GALVÃO, A.; MARCELINO, A.. **La nouvelle phase du syndicalisme brésilien (2003-2013)**. Cahiers des Amériques Latines, v. 80, n. 3, p. 147-167, 2015.

BRASIL. Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS. **Guia rápido de orientações. Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS**. Brasília. 2014. Link: http://www.assistenciasocial.al.gov.br/acervo/protecao-social-especial-media-complexidade/creas-paeffi/GUIA-RAPIDO-DE-ORIENTACOES_CORRIGIDO.pdf

BRASIL. Políticas Nacional de Assistência Social - PNAS/2004. **Norma Operacional Básica - NOB/SUAS**. 2005. Link:http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf

BRASIL. **Secretaria do Tesouro Nacional. Gasto Social do Governo Central 2002 - 2015**. Link: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/318974/Gasto+Social+Governo+Central/>

DELGADO, Diana. SENNA, Monica. **Cofinanciamento do SUAS no Estado do Rio de Janeiro**. Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. 2018.

DUARTE, Joana Maria Gouveia Franco. **Desafios para Proteção Social Especial: a ambiência da violação de direitos na política nacional de assistência social**. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 15, n. 1, p. 84 - 95, jan./jul. 2016.

MATOS, Sidney Tanaka. **Conceitos primeiros do neoliberalismo**. Mediações. v. 13, n.1-2, p. 192-213, Jan/Jun e Jul/Dez. 2008.

MARTINS, Karina Tatiane da Costa. **A realidade da Assistência Social no âmbito dos CRAS e CREAS do Rio Grande do Norte identificada em ações fiscalizatórias do Ministério Público Estadual**. Serv. Soc. Rev., Londrina, V. 19, N.1, P. 44-65, Jul/Dez. 2016.

MEIRELLES, Mário Antônio. **Evolução Histórica da seguridade social: aspectos históricos da previdência social no Brasil**. OAB Pará. 2009. Link: <http://www.oabpa.org.br/index.php/2-uncategorised/1574-a-evolucao-historica-da-seguridade-social-aspectos-historicos-da-previdencia-social-no-brasil-mario-antonio-meirelles>

MESTRINER, Luiza Maria. **O estado entre a filantropia e a assistência social**. São Paulo: Cortez, 2008.

MDS. **Loas Anotada. Lei Orgânica de Assistência Social**. 2009. Link: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/LoasAnotada.pdf

MDS. Muniz, Egli. **Orientações para processos de recrutamento e seleção de pessoal no Sistema Único de Assistência Social**. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011. Link: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/orientacoesrecrutamento.pdf

MDS. **Proteção Social Especial de Alta Complexidade**. Link: <http://mds.gov.br/aceso-a-informacao/mds-pra-voce/carta-de-servicos/gestor/assistencia-social/alta-complexidade>

NOGUEIRA, Marco Aurélio. "A Dimensão Política da Descentralização Participativa" in Revista São Paulo em Perspectiva .v.11, nº 03 . Fundação SEADE. 1997.

MDS, Secretaria Nacional de Assistência Social. Castro, Flávio José Rodrigues de. **CRAS: a melhoria da estrutura física para o aprimoramento dos serviços: orientações para gestores e projetistas municipais**. Brasília, DF: 2009. Link:http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Cras_melhoria_fisica.pdf

NETTO, José Paulo. **Crise do capital e consequências societárias**. In: Revista Serviço Social & Sociedade. Nº.111 São Paulo jul./set. 2012.

PAIVA, Ariane Rego. **Formulação e Legitimação do SUAS: Análise do processo decisório da Lei 12.435/2011**, Tese de Doutorado. Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da UFF. 2014.

PAIVA, Ariane Rego. Análise e avaliação de políticas sociais: algumas perspectivas do debate atual. **O Social em Questão**, v. 01, n.36, Rio de Janeiro, 2016.

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. **Plano Municipal de Assistência Social 2018-2021**. Junho de 2018. Link:[http://www.ibam.org.br/media/arquivos/2018/plano%20municipal%20de%20assist%C3%Aancia%20social%20\(2018-2022\).pdf](http://www.ibam.org.br/media/arquivos/2018/plano%20municipal%20de%20assist%C3%Aancia%20social%20(2018-2022).pdf)

PRUDENTE, Mauro Godoy. **A lei geral da acumulação capitalista: considerações sobre o tema**. Revista Intuição, PUCRS, V.5, n.2. 2012.

RAMOS, Deriscleia. Goes, Karolayne. SERAFIM, Lisete Cristina. Lelis, Mariana. EUGENIO, Josilene. ALVES, Rafaely. **As múltiplas faces da precarização do trabalho: Uma análise do Sistema Único de Assistência Social - SUAS**. II Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais. UFSC - Florianópolis. 2017.

RISAGER, Bjarke Skaerlund. Publicada por Jacobin e reproduzida por Outras Palavras, 30-05-2017. A tradução é de Inês Castilho. **Neoliberalismo, projeto político**. Entrevista com David Harvey. Link:<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/568205-neoliberalismo-projeto-politico-entrevista-com-david-harvey#>

RIBEIRO, Adriana Barbosa. PAIVA, Ilana Lemos. SEIXAS, Pablo de Sousa.

SARAMENTO, Sílvia. ROCCA, Karina. LOPES, Analu dos Santos. WIESE, Michelly Laurita. PRÁ, Keli Regina Dal. **A judicialização das expressões da questão social na política de assistência social**. XVI ENPESS, Ufes. 2018.

SCHMIDT, Janaina Albuquerque de Camargo. SILVA, Mossicléia Mendes. **A assistência social na contemporaneidade: uma análise a partir do orçamento público** R. Katál., Florianópolis, v. 18, n. 1, p. 86-94, jan./jun. 2015

SANTOS, Milena da Silva. **Trajatória das políticas sociais no estado capitalista: gênese, auge e crise**. VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas - VIII Joinpp. 2017.

SILVA, Chris Giselle Pegas. OLIVEIRA, Antônio Carlos. **Estado, sociedade civil e políticas sociais: o Serviço Social no Cras em ação**. Em Pauta. Rio de Janeiro - 2. Semestre. n. 36, v. 13, p. 250 - 268. 2015.

SILVA, Máisa Miralva. **Assistência social na realidade municipal: o SUAS e a prevalência do conservadorismo**. R. Katál., Florianópolis, v. 18, n. 1, p. 41-49, jan./jun. 2015.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acreditação 12, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219

Adolescentes 9, 12, 69, 107, 108, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 196

Assistência Social 9, 11, 12, 12, 34, 35, 36, 40, 41, 47, 67, 72, 77, 104, 105, 106, 107, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 117, 118, 119, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 134, 135, 136, 140, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 166, 182, 185, 186, 198, 240

Ato infracional 12, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 191, 192, 193

C

Calidad 209, 210, 212, 215, 217, 218, 219, 226

Cidadania 27, 31, 32, 40, 55, 107, 117, 123, 140, 144, 157, 158, 162, 176, 182, 195, 196, 200, 201, 206

Comunicação 11, 35, 36, 64, 66, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 89, 90, 91, 93, 95, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103

Conselhos 11, 9, 22, 130, 131, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 162, 165, 181, 187, 196

Controle Social 24, 55, 69, 71, 73, 74, 77, 106, 116, 130, 131, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 156, 162, 163, 165, 181, 187, 192

Cuidado 23, 26, 42, 43, 44, 46, 49, 50, 63, 65, 66, 70, 71, 73, 74, 89, 93, 94, 98, 100, 101, 102, 127, 184, 240

D

Desafios 10, 11, 5, 6, 7, 10, 14, 16, 18, 29, 36, 39, 41, 42, 78, 88, 97, 100, 101, 104, 106, 109, 112, 113, 118, 121, 128, 137, 140, 148, 153, 166, 177, 185, 206

Direitos 9, 10, 1, 4, 5, 7, 9, 11, 12, 15, 17, 18, 21, 25, 27, 28, 34, 36, 40, 42, 45, 46, 47, 49, 54, 58, 60, 61, 64, 71, 72, 73, 76, 77, 80, 81, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 110, 115, 116, 117, 118, 120, 121, 123, 124, 126, 127, 128, 130, 131, 132, 135, 136, 137, 139, 140, 143, 144, 145, 146, 147, 149, 152, 153, 154, 159, 162, 163, 166, 171, 175, 177, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 195, 198, 199, 200, 201, 202, 204, 205, 206, 208, 240

E

Educação 9, 12, 4, 7, 9, 10, 13, 17, 18, 26, 28, 34, 36, 41, 47, 50, 54, 57, 58, 69, 82, 84, 93, 101, 102, 103, 105, 112, 123, 125, 135, 136, 148, 150, 163, 167, 168, 169, 170, 173, 175, 176, 177, 188, 189, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208

Estado 9, 12, 2, 3, 4, 7, 9, 11, 13, 14, 17, 21, 25, 26, 29, 34, 35, 36, 37, 39, 45, 46, 47, 48, 49, 52, 53, 54, 55, 56, 62, 63, 68, 69, 73, 74, 77, 82, 84, 89, 90, 105, 106, 107, 108, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 117, 118, 119, 121, 122, 127, 128, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 143, 144, 145, 147, 151, 152, 154, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 170, 171, 172, 174, 175, 176, 177, 180, 181, 182, 184, 186, 188, 189, 190, 191, 192, 195, 196, 198, 200, 203, 209, 211, 214, 218, 222, 225, 226, 227, 230

F

Formação 12, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 224, 227, 229, 230, 234

G

Gênero 3, 8, 10, 11, 12, 17, 21, 23, 25, 26, 29, 30, 37, 70, 74, 76, 79, 87, 88, 142, 143, 151, 152, 155

Grupo 9, 20, 23, 31, 32, 40, 47, 53, 57, 71, 75, 76, 77, 78, 83, 105, 111, 133, 134, 138, 148, 149, 150, 151, 153, 156, 159, 161, 187, 221, 223, 232, 234, 237, 238, 239

I

Investigação Social 13, 214, 216, 232, 233, 234, 235

L

Lei 5, 12, 34, 40, 43, 56, 57, 58, 62, 80, 81, 87, 90, 95, 98, 99, 102, 103, 107, 112, 118, 119, 123, 128, 137, 145, 155, 157, 161, 162, 163, 165, 176, 177, 180, 181, 182, 191, 192, 195, 196, 197, 198, 199, 203, 207

M

Mulheres 9, 11, 12, 7, 22, 23, 26, 35, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 142, 143, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 240

N

Neoconservadorismo 12, 13, 19, 21, 22, 28, 29, 30

P

Pesquisa 9, 10, 11, 5, 7, 13, 19, 20, 22, 23, 25, 26, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 50, 52, 53, 58, 61, 63, 66, 67, 69, 75, 76, 77, 78, 82, 86, 87, 88, 92, 93, 94, 101, 104, 105, 110, 115, 117, 120, 122, 129, 130, 131, 143, 147, 149, 150, 151, 152, 154, 156, 157, 160, 162, 163, 164, 165, 167, 168, 176, 179, 183, 192, 207, 240

Pobreza 35, 36, 106, 107, 108, 109, 111, 112, 116, 120, 123, 126, 127, 129, 142, 151, 152, 153, 154, 155, 158, 166, 180, 221

Política 9, 10, 12, 2, 3, 4, 5, 9, 11, 20, 21, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 39, 40,

41, 43, 46, 47, 49, 50, 52, 53, 55, 57, 58, 60, 61, 62, 74, 76, 84, 87, 88, 99, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 115, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 130, 133, 134, 135, 136, 137, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 154, 155, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 164, 165, 166, 167, 171, 172, 175, 176, 177, 178, 181, 184, 187, 189, 190, 192, 195, 197, 203, 205, 207, 222, 224, 225, 226, 228, 230, 240

Políticas Sociais 2, 4, 31, 32, 40, 41, 49, 117, 119, 132, 136, 141, 144, 240

Privado 9, 12, 29, 59, 85, 126, 135, 143, 156, 157, 160, 161, 162, 164, 166, 175, 177, 196, 228

Projeto Ético Político 3, 9, 15

Proteção Social 34, 35, 41, 58, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 111, 113, 118, 131, 132, 142, 143, 144, 148, 153, 156, 157, 159

Público 9, 12, 4, 26, 29, 32, 33, 34, 35, 50, 57, 59, 66, 69, 92, 97, 100, 109, 115, 116, 118, 119, 121, 122, 124, 126, 135, 137, 147, 150, 151, 152, 153, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 166, 174, 175, 177, 186, 189, 190, 192, 195, 196, 206, 220

R

Religião 19, 20, 21, 23, 25, 26, 29, 30

Rio de Janeiro 8, 26, 30, 41, 49, 50, 56, 62, 63, 64, 74, 75, 87, 88, 96, 103, 104, 105, 106, 109, 110, 113, 118, 119, 128, 129, 141, 162, 165, 166, 167, 177, 178, 192, 194, 240

S

Saúde 9, 10, 11, 4, 12, 20, 30, 36, 37, 38, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 69, 70, 71, 74, 75, 77, 82, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 105, 107, 120, 122, 125, 126, 127, 135, 136, 141, 144, 148, 150, 151, 163, 182, 186, 188, 198, 240

Serviço Social 2, 9, 10, 11, 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 40, 41, 42, 43, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 71, 72, 74, 75, 76, 88, 104, 105, 117, 118, 119, 128, 129, 140, 141, 155, 156, 162, 165, 166, 177, 178, 207, 240

Sistema Prisional 9, 194, 195, 196, 197, 199, 200, 201, 203, 204, 205, 206

Suas 9, 11, 4, 6, 7, 8, 11, 15, 16, 20, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 41, 43, 45, 46, 48, 57, 58, 66, 68, 69, 70, 71, 74, 76, 77, 79, 80, 81, 82, 87, 88, 90, 105, 106, 107, 108, 109, 111, 112, 113, 115, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 133, 134, 135, 136, 142, 143, 144, 146, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 154, 155, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 164, 165, 168, 169, 172, 173, 175, 186, 187, 188, 189, 197, 199, 200, 201, 206

T

Trabajo Social 12, 220

Trabalho 9, 10, 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 54, 55, 58, 60, 61, 64, 66, 67, 72, 73, 74, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 88, 97, 98, 99, 100, 101, 104, 105, 106, 107, 108, 110, 111, 112, 114, 115, 116, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 134, 140, 141, 143, 146, 147, 148, 150, 153, 154, 156, 159, 163, 167, 168, 169, 170, 173, 176, 177, 178, 180, 183, 192, 194, 195, 196, 199, 200, 204, 205

Transplante 10, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63

O Serviço Social e a Superação das Desigualdades Sociais 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

O Serviço Social e a Superação das Desigualdades Sociais 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 